

O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE AO PRECONCEITO NO AMBIENTE ESCOLAR

Army Torres de Farias Pererira¹

*¹IVY ENBER UNIVERSITY, Alto Paraíso de Goiás,
Brasil (army.28.k@hotmail.com)*

RESUMO - O trabalho analisa o papel da escola no combate ao preconceito, destacando sua função na formação cidadã e na promoção do respeito, da igualdade e da inclusão. Por meio de pesquisa bibliográfica, discute como diferentes formas de discriminação se manifestam no ambiente escolar e apresenta estratégias para seu enfrentamento. Conclui que práticas pedagógicas inclusivas, formação docente e gestão comprometida são essenciais para promover a convivência democrática e valorizar a diversidade.

Palavras-chave: Escola; Preconceito; Inclusão; Diversidade; Educação.

INTRODUÇÃO

A escola exerce um papel essencial na construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, sendo responsável não apenas pela transmissão de conhecimentos, mas também pela formação ética e cidadã dos estudantes. Nesse contexto, o combate ao preconceito no ambiente escolar torna-se uma necessidade urgente, considerando que práticas discriminatórias afetam o desenvolvimento emocional, social e acadêmico dos alunos. A Ministério da Educação, por meio da Base Nacional Comum Curricular, ressalta a importância de desenvolver competências relacionadas ao respeito às diferenças, à empatia e à valorização da diversidade cultural e social (BRASIL, 2018).

Diante dessa realidade, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o papel da escola no combate ao preconceito no ambiente escolar, destacando a importância de práticas pedagógicas inclusivas e ações educativas voltadas à

promoção do respeito e da igualdade. Como objetivos específicos, busca-se compreender as diferentes formas de preconceito presentes no espaço escolar, identificar estratégias pedagógicas de enfrentamento à discriminação e refletir sobre a importância da inclusão e da valorização da diversidade na formação dos estudantes.

O preconceito escolar manifesta-se de diversas maneiras, incluindo racismo, homofobia, xenofobia e capacitismo, contribuindo para situações de exclusão e violência. Segundo Pereira (2022), a violência escolar relacionada à discriminação prejudica o processo de ensino-aprendizagem e compromete a convivência entre os alunos. Dessa forma, a escola precisa desenvolver ações que favoreçam o diálogo, o acolhimento e a construção de relações pautadas no respeito mútuo e na convivência democrática.

Entre as formas de discriminação mais presentes nas instituições de ensino, o racismo ainda representa um grande desafio para a educação brasileira. A Lei nº 10.639/2003 determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, visando fortalecer a valorização da identidade negra e combater práticas racistas no ambiente educacional (BRASIL, 2003). Conforme Silva (2023), a escola possui papel fundamental na desconstrução do racismo estrutural por meio de práticas educativas que promovam a igualdade racial e o reconhecimento da diversidade cultural.

Além do racismo, a discriminação relacionada à orientação sexual e à identidade de gênero também interfere negativamente na convivência escolar. Junqueira (2012) destaca que a heteronormatividade ainda influencia comportamentos e discursos dentro da escola, contribuindo para a exclusão de estudantes LGBTQIA+. Nesse sentido, torna-se necessário que a instituição escolar desenvolva práticas pedagógicas inclusivas, promovendo o respeito às diferenças e combatendo qualquer forma de intolerância ou discriminação.

Outro aspecto importante refere-se à inclusão de estudantes migrantes e pertencentes a diferentes contextos culturais. Carvalho (2022) afirma que o acolhimento e a inclusão são fundamentais para garantir igualdade de oportunidades e promover uma educação humanizada. Assim, a escola deve criar estratégias que favoreçam a integração dos estudantes, respeitando suas identidades culturais e fortalecendo o sentimento de pertencimento no ambiente escolar.

O combate ao capacitismo também representa um desafio significativo para a educação inclusiva. A Universidade Federal de Sergipe (2023) ressalta que a escola deve promover acessibilidade, inclusão e respeito às pessoas com deficiência, garantindo sua participação plena nas atividades escolares. Além disso, o protocolo elaborado pela Universidade Federal de Sergipe (2024) destaca a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação para enfrentar atitudes preconceituosas e construir um ambiente mais inclusivo.

Portanto, percebe-se que a escola desempenha um papel fundamental na transformação social e na promoção da igualdade. Conforme Oliveira (2023), Santos (2022) e Souza (2020), ações pedagógicas voltadas ao combate ao preconceito contribuem para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com os direitos humanos. Dessa maneira, investir em práticas educativas inclusivas é essencial para construir um ambiente escolar baseado no respeito, na diversidade e na valorização das diferenças.

AS DIFERENTES FORMAS DE PRECONCEITO PRESENTES NO ESPAÇO ESCOLAR

O preconceito no ambiente escolar manifesta-se de diferentes formas e atinge estudantes de variadas origens sociais, culturais e étnicas, comprometendo o desenvolvimento educacional e emocional dos indivíduos. Essas práticas discriminatórias podem ocorrer por meio de agressões verbais, exclusão social, bullying e atitudes de intolerância que afetam diretamente a convivência escolar. Segundo Pereira (2022), a violência associada ao preconceito interfere negativamente no processo de ensino-aprendizagem, gerando insegurança, evasão escolar e dificuldades de socialização entre os estudantes.

Entre as formas mais recorrentes de preconceito presentes na escola, o racismo destaca-se como um problema histórico e estrutural da sociedade brasileira. Muitos estudantes negros ainda enfrentam discriminação relacionada à cor da pele, ao cabelo e às suas características culturais, sendo frequentemente vítimas de piadas, exclusão e estereótipos preconceituosos. Conforme Santos (2022), o racismo no ambiente escolar contribui para a reprodução das desigualdades sociais e para a marginalização da população negra, tornando necessária a implementação de

práticas pedagógicas antirracistas dentro das instituições de ensino.

Nesse contexto, a escola deve promover ações educativas voltadas à valorização da cultura afro-brasileira e ao respeito à diversidade étnico-racial. A Lei nº 10.639/2003 representa um importante avanço no combate ao racismo, ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas brasileiras (BRASIL, 2003). Para Silva (2023), o desenvolvimento de projetos pedagógicos voltados à igualdade racial contribui para desconstruir preconceitos e fortalecer a identidade e a autoestima dos estudantes negros dentro do espaço escolar.

Outra forma de preconceito frequentemente observada nas escolas refere-se à discriminação contra estudantes LGBTQIA+, motivada pela orientação sexual ou identidade de gênero. Muitas vezes, esses alunos sofrem exclusão, violência verbal e preconceito devido à imposição de padrões heteronormativos presentes na sociedade. De acordo com Junqueira (2012), a heteronormatividade influencia práticas e discursos escolares, dificultando a construção de um ambiente educacional inclusivo e respeitoso com as diferenças.

Além disso, estudantes migrantes e pertencentes a diferentes culturas também podem ser alvo de preconceito e exclusão social no ambiente escolar. As diferenças linguísticas, culturais e sociais frequentemente geram dificuldades de integração, favorecendo atitudes discriminatórias e isolamento. Carvalho (2022) destaca que a escola precisa desenvolver estratégias de acolhimento e inclusão para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação baseada no respeito às diferenças e na valorização da diversidade cultural.

O capacitismo também representa uma forma de preconceito presente nas instituições de ensino, afetando estudantes com deficiência física, intelectual ou sensorial. Em muitos casos, esses alunos enfrentam barreiras relacionadas à acessibilidade, além de atitudes discriminatórias que limitam sua participação nas atividades escolares. A Universidade Federal de Sergipe (2023) afirma que a inclusão escolar deve ser acompanhada de práticas pedagógicas acessíveis e do combate a comportamentos preconceituosos, garantindo igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

Diante dessas diferentes formas de preconceito, torna-se evidente a necessidade de a escola assumir uma postura ativa na promoção da inclusão, da igualdade e do respeito mútuo. Conforme Souza (2020) e Oliveira (2023), a construção

de um ambiente escolar democrático depende da implementação de ações educativas, projetos pedagógicos e práticas de conscientização capazes de combater qualquer forma de discriminação. Assim, a escola desempenha um papel essencial na formação de cidadãos mais conscientes, críticos e comprometidos com os direitos humanos e a convivência respeitosa na sociedade.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE ENFRENTAMENTO À DISCRIMINAÇÃO

As estratégias pedagógicas de enfrentamento à discriminação no ambiente escolar são fundamentais para promover uma educação baseada no respeito, na igualdade e na valorização da diversidade. A escola, enquanto espaço de formação social e cidadã, deve desenvolver práticas educativas que contribuam para a desconstrução de preconceitos e para a construção de relações mais inclusivas. De acordo com a Ministério da Educação, a Base Nacional Comum Curricular orienta que a educação escolar deve estimular valores como empatia, diálogo e respeito às diferenças, fortalecendo ações pedagógicas voltadas à convivência democrática (BRASIL, 2018).

Uma das principais estratégias de enfrentamento à discriminação é a inclusão da educação antirracista no currículo escolar. A Lei nº 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, permitindo que os estudantes compreendam a importância da cultura negra para a formação da sociedade brasileira (BRASIL, 2003). Segundo Santos (2022), o desenvolvimento de atividades pedagógicas relacionadas à valorização da identidade negra contribui significativamente para combater o racismo e promover a igualdade racial dentro das instituições de ensino.

Além disso, projetos interdisciplinares e atividades culturais representam importantes ferramentas no combate ao preconceito. A realização de debates, palestras, apresentações culturais e rodas de conversa possibilita que os estudantes reflitam sobre temas relacionados aos direitos humanos, à diversidade e à inclusão. Para Silva (2023), essas práticas educativas favorecem a conscientização dos alunos e contribuem para a formação de indivíduos mais críticos e respeitosos em relação às

diferenças existentes na sociedade.

Outra estratégia pedagógica importante consiste na formação continuada dos professores e profissionais da educação. Os educadores precisam estar preparados para identificar situações de discriminação e atuar de forma preventiva e educativa diante de conflitos relacionados ao preconceito. Conforme Souza (2020), a gestão escolar e os docentes desempenham papel essencial na implementação de ações inclusivas, sendo responsáveis por promover um ambiente escolar acolhedor e comprometido com a igualdade de direitos.

No enfrentamento da discriminação relacionada à orientação sexual e à identidade de gênero, a escola deve promover práticas pedagógicas que incentivem o respeito à diversidade e combatam atitudes homofóbicas. Junqueira (2012) destaca que o diálogo e a educação voltada aos direitos humanos são fundamentais para desconstruir padrões heteronormativos presentes no ambiente escolar. Assim, a realização de atividades educativas sobre diversidade sexual e respeito às diferenças contribui para reduzir comportamentos discriminatórios e fortalecer a inclusão.

As estratégias pedagógicas inclusivas também devem contemplar estudantes migrantes e pessoas com deficiência, garantindo igualdade de participação e aprendizagem. Carvalho (2022) afirma que práticas de acolhimento e inclusão são indispensáveis para favorecer a integração de estudantes de diferentes contextos culturais. Da mesma forma, a Universidade Federal de Sergipe (2023) ressalta que a acessibilidade e a adaptação das atividades escolares são medidas essenciais para combater o capacitismo e promover a participação plena dos alunos com deficiência no ambiente escolar.

Portanto, as estratégias pedagógicas de enfrentamento à discriminação são essenciais para transformar a escola em um espaço mais inclusivo, democrático e respeitoso. Conforme Oliveira (2023) e Pereira (2022), ações educativas voltadas ao diálogo, à valorização da diversidade e à promoção dos direitos humanos contribuem para prevenir situações de preconceito e violência escolar. Dessa maneira, a escola cumpre seu papel social ao formar cidadãos conscientes, críticos e preparados para conviver de forma ética e respeitosa em uma sociedade plural.

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO E DA VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES

A inclusão e a valorização da diversidade na formação dos estudantes constituem princípios fundamentais para a construção de uma educação democrática, justa e comprometida com os direitos humanos. A escola, como espaço de convivência social e formação cidadã, deve garantir condições para que todos os alunos sejam respeitados em suas particularidades. Segundo a Ministério da Educação, a Base Nacional Comum Curricular orienta que o processo educativo deve promover competências relacionadas ao respeito às diferenças, à empatia e à valorização da diversidade cultural, social e humana (BRASIL, 2018).

A inclusão escolar é essencial para assegurar o direito à educação de todos os estudantes, independentemente de suas condições sociais, culturais ou físicas. Nesse sentido, a escola deve se organizar para acolher as diferenças e garantir a participação plena dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. Carvalho (2022) destaca que o acolhimento e a inclusão são fundamentais para a construção de uma educação humanizada, capaz de reconhecer as especificidades de cada estudante e promover sua integração no ambiente escolar.

A valorização da diversidade cultural também desempenha um papel importante na formação dos estudantes, pois contribui para o reconhecimento das múltiplas identidades presentes na sociedade. A Lei nº 10.639/2003 representa um avanço significativo nesse processo ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas brasileiras (BRASIL, 2003). De acordo com Silva (2023), essa valorização contribui para a desconstrução de estereótipos e para o fortalecimento da identidade dos estudantes negros, promovendo uma educação mais igualitária.

Além da diversidade étnico-racial, a escola também deve considerar as diferenças relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero. Junqueira (2012) afirma que a heteronormatividade ainda influencia práticas escolares que podem gerar exclusão e preconceito contra estudantes LGBTQIA+. Dessa forma, a valorização da diversidade sexual na educação é essencial para garantir um ambiente escolar mais acolhedor, no qual todos os estudantes se sintam respeitados e seguros para expressar suas identidades.

Outro aspecto importante da inclusão refere-se ao atendimento de estudantes com deficiência, garantindo sua participação plena em todas as atividades escolares. A Universidade Federal de Sergipe (2023) ressalta que o combate ao capacitismo deve estar aliado a práticas pedagógicas inclusivas, que assegurem acessibilidade e equidade no processo educativo. Nesse contexto, a valorização da diversidade também significa reconhecer e respeitar as diferentes formas de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

A diversidade cultural dos estudantes migrantes também deve ser valorizada no ambiente escolar, pois contribui para a ampliação de conhecimentos e para o enriquecimento das relações sociais. Carvalho (2022) enfatiza que a inclusão de estudantes de diferentes origens culturais fortalece o sentimento de pertencimento e promove uma convivência mais respeitosa e plural dentro da escola. Assim, a valorização da diversidade cultural torna-se um elemento essencial para a formação integral dos alunos.

Diante disso, a inclusão e a valorização da diversidade são fundamentais para a construção de uma educação mais justa, crítica e transformadora. Conforme Oliveira (2023), Santos (2022) e Souza (2020), a escola tem o papel de promover ações educativas que combatam o preconceito e fortaleçam o respeito às diferenças. Dessa forma, a formação dos estudantes deve estar pautada em princípios de igualdade, respeito e valorização da diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza básica, fundamentada exclusivamente em revisão bibliográfica, tendo como foco o tema “O papel da escola no combate ao preconceito no ambiente escolar”. Esse tipo de metodologia permite compreender, por meio de produções já publicadas, as contribuições teóricas e legais que tratam da atuação da escola frente às diferentes formas de discriminação. Segundo a Ministério da Educação, a educação deve ser analisada a partir de princípios que valorizem a diversidade, a inclusão e o respeito às diferenças, o que reforça a importância de estudos teóricos sobre o tema (BRASIL, 2018).

A pesquisa bibliográfica foi escolhida por possibilitar o levantamento, análise e interpretação de materiais já existentes, como livros, artigos científicos, leis e documentos oficiais. Esse método permite uma compreensão ampla do fenômeno estudado, sem a necessidade de coleta de dados em campo. De acordo com Santos (2022), a produção acadêmica sobre o combate ao preconceito na escola demonstra que a análise teórica é fundamental para compreender as raízes históricas e sociais das práticas discriminatórias.

O levantamento de dados foi realizado a partir de fontes confiáveis, como legislações educacionais, artigos científicos e publicações institucionais relacionadas à educação inclusiva e ao enfrentamento do preconceito. Entre os principais documentos analisados estão a Lei nº 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta a promoção de valores como respeito e empatia (BRASIL, 2003; BRASIL, 2018).

Além disso, foram utilizados estudos acadêmicos que abordam diferentes formas de preconceito no ambiente escolar e estratégias de enfrentamento. Autores como Junqueira (2012), Carvalho (2022) e Silva (2023) contribuem para a compreensão das dinâmicas de exclusão e das práticas pedagógicas necessárias para promover a inclusão. Essas referências possibilitam uma análise crítica sobre o papel da escola na construção de uma cultura de respeito às diferenças.

A análise dos dados foi realizada por meio da leitura interpretativa das obras selecionadas, buscando identificar convergências e divergências entre os autores. Esse procedimento permite relacionar os conceitos teóricos às práticas educacionais voltadas ao combate ao preconceito. Conforme Oliveira (2023), a interpretação crítica da literatura é essencial para compreender como a escola pode atuar na promoção da igualdade e no enfrentamento das desigualdades sociais.

O estudo também considerou a importância das políticas públicas educacionais como base para o combate ao preconceito no ambiente escolar. Documentos como os elaborados pela Câmara dos Deputados (2019) evidenciam a necessidade de criação de redes de apoio e estratégias institucionais para enfrentar a violência e a discriminação nas escolas. Esses materiais reforçam a relevância do papel do Estado na garantia de uma educação inclusiva e democrática.

A pesquisa bibliográfica permitiu ainda identificar a importância da formação docente como elemento central no enfrentamento ao preconceito. Souza (2020) destaca que o papel do gestor e dos professores é essencial na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, sendo responsáveis por mediar conflitos e promover um ambiente escolar mais acolhedor. Assim, a análise teórica evidencia a necessidade de capacitação contínua dos profissionais da educação.

Por fim, a metodologia adotada possibilitou uma compreensão ampla e fundamentada sobre o papel da escola no combate ao preconceito. A partir da análise das obras consultadas, conclui-se que a pesquisa bibliográfica é um instrumento eficaz para investigar questões educacionais complexas, permitindo refletir sobre práticas, políticas e desafios. Dessa forma, o estudo contribui para a construção de conhecimentos que fortalecem a educação inclusiva e o respeito à diversidade no ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa bibliográfica evidenciam que o papel da escola no combate ao preconceito é amplamente reconhecido na literatura educacional e nas legislações brasileiras. A Base Nacional Comum Curricular, elaborada pelo Ministério da Educação, reforça que a educação deve promover o respeito às diferenças, a empatia e a valorização da diversidade, o que indica que o enfrentamento ao preconceito não é apenas uma ação complementar, mas um princípio estruturante do processo educativo (BRASIL, 2018). Dessa forma, a escola é compreendida como espaço estratégico de transformação social.

Os dados analisados também indicam que o preconceito no ambiente escolar assume múltiplas formas, sendo o racismo uma das mais recorrentes e estruturais. Conforme Santos (2022), o racismo na escola reflete desigualdades históricas da sociedade brasileira e se manifesta em práticas de exclusão, estigmatização e violência simbólica. Esses achados reforçam que o combate ao preconceito exige ações pedagógicas contínuas e não apenas intervenções pontuais.

Outro ponto identificado nos estudos é a importância da legislação educacional no enfrentamento do preconceito racial. A Lei nº 10.639/2003 se destaca como um marco legal ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. De

acordo com Silva (2023), essa medida contribui para a valorização da identidade negra e para a desconstrução de estereótipos racistas no espaço escolar, demonstrando impacto direto na formação de uma educação mais inclusiva.

Em relação às discussões sobre gênero e sexualidade, os resultados mostram que a heteronormatividade ainda é um fator de exclusão no ambiente escolar. Junqueira (2012) aponta que práticas escolares baseadas em padrões rígidos de gênero contribuem para a marginalização de estudantes LGBTQIA+. Assim, observa-se que o enfrentamento desse tipo de preconceito depende de práticas pedagógicas que promovam o respeito à diversidade sexual e de identidade de gênero.

No que se refere à inclusão de estudantes migrantes e de diferentes contextos culturais, os estudos analisados indicam que a escola ainda enfrenta desafios para garantir uma integração efetiva. Carvalho (2022) destaca que o acolhimento é um fator essencial para a permanência e o sucesso escolar desses estudantes. Os resultados demonstram que práticas inclusivas favorecem o sentimento de pertencimento e reduzem situações de discriminação cultural.

Os dados também evidenciam a relevância do combate ao capacitismo no ambiente escolar. A Universidade Federal de Sergipe (2023) ressalta que estudantes com deficiência ainda enfrentam barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais que comprometem sua participação plena na escola. Nesse sentido, os resultados indicam a necessidade de adaptações curriculares e estruturais, além da formação docente para promover a inclusão efetiva.

Outro resultado importante refere-se às estratégias pedagógicas adotadas pelas escolas para enfrentar o preconceito. Segundo Oliveira (2023), ações como debates, projetos interdisciplinares e atividades voltadas aos direitos humanos contribuem para a conscientização dos estudantes. Essas práticas demonstram eficácia na redução de comportamentos discriminatórios e na promoção de uma cultura de respeito.

A discussão dos resultados também evidencia a importância da gestão escolar no enfrentamento do preconceito. Souza (2020) destaca que o gestor escolar exerce papel fundamental na organização de ações pedagógicas inclusivas e na mediação de conflitos. Assim, observa-se que o comprometimento da gestão é essencial para a efetivação de políticas antidiscriminatórias dentro da escola.

Além disso, os estudos mostram que a formação continuada dos professores é um fator determinante para o sucesso das práticas inclusivas. De acordo com Pereira (2022), a capacitação docente permite identificar situações de preconceito e agir de forma adequada na resolução de conflitos. Isso reforça a necessidade de investimento em políticas de formação profissional voltadas à diversidade e à inclusão.

Por fim, os resultados apontam que o combate ao preconceito no ambiente escolar depende de uma ação integrada entre políticas públicas, práticas pedagógicas e envolvimento da comunidade escolar. A Câmara dos Deputados (2019) destaca a importância da criação de redes de enfrentamento à violência e à discriminação nas escolas, evidenciando que o problema exige respostas institucionais amplas. Dessa forma, conclui-se que a escola é um espaço central na promoção da igualdade, da cidadania e do respeito às diferenças, sendo indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu compreender que a escola desempenha um papel essencial no combate ao preconceito no ambiente escolar, sendo um espaço privilegiado para a formação cidadã e para a promoção de valores como respeito, empatia e igualdade. Observou-se que a instituição escolar vai além da transmissão de conhecimentos, atuando diretamente na construção de atitudes e comportamentos que favorecem a convivência harmoniosa entre os estudantes.

Conclui-se que o preconceito no ambiente escolar se apresenta de diversas formas, como racismo, homofobia, xenofobia, capacitismo e outras práticas discriminatórias. Essas manifestações afetam negativamente o desenvolvimento dos estudantes, gerando exclusão, sofrimento emocional e dificuldades no processo de aprendizagem, o que reforça a necessidade de intervenções educativas constantes.

Verificou-se também que o enfrentamento ao preconceito depende da implementação de práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade e à promoção da inclusão. A realização de atividades educativas, projetos interdisciplinares e ações de conscientização contribui para o desenvolvimento de uma cultura escolar mais respeitosa e acolhedora.

Outro ponto importante é a necessidade de uma postura ativa da escola diante de situações de discriminação. A prevenção e o combate ao preconceito devem fazer parte do cotidiano escolar, sendo fundamentais a criação de espaços de diálogo e a promoção de debates sobre temas relacionados à diversidade e aos direitos humanos.

Além disso, a formação dos profissionais da educação é um elemento essencial para o enfrentamento das desigualdades no ambiente escolar. Professores e gestores precisam estar preparados para identificar situações de preconceito e atuar de forma adequada na mediação de conflitos, promovendo um ambiente seguro e inclusivo para todos os estudantes.

Também se destaca a importância de uma escola que reconheça e valorize as diferenças culturais, sociais e individuais dos alunos. A inclusão deve ser compreendida como um princípio básico da educação, garantindo que todos tenham igualdade de oportunidades e acesso ao conhecimento, independentemente de suas particularidades.

Por fim, conclui-se que o combate ao preconceito no ambiente escolar é um desafio coletivo e contínuo, que exige o envolvimento de toda a comunidade escolar. A construção de uma educação mais justa e inclusiva depende do compromisso com o respeito às diferenças e com a promoção de uma cultura de paz e igualdade dentro da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 maio 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **A criação de uma rede nacional de referência para o enfrentamento à violência e ao preconceito na escola**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/41259>. Acesso em: 25 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura

Afro-Brasileira”. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 25 maio 2026.

CARVALHO, Mariana de Souza. **Migração na educação básica: caminhos para o acolhimento e a inclusão**. Bento Gonçalves: Instituto Federal do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/2652>. Acesso em: 25 maio 2026.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Sigam-me os bons: enfrentamentos à heteronormatividade no espaço escolar**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, 2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ep/article/view/53048>. Acesso em: 25 maio 2026.

OLIVEIRA, João Pedro. **Estratégias de enfrentamento do racismo na escola**. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 8, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/974>. Acesso em: 25 maio 2026.

PEREIRA, Ana Cláudia. **Educação inclusiva e violência escolar**. *Imagens da Educação*, Maringá, v. 12, n. 3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/56239>. Acesso em: 25 maio 2026.

SANTOS, Luiz Fernando. **O combate ao racismo na educação básica brasileira**. *International Integralize Scientific*, v. 2, n. 4, 2022. Disponível em: <https://iiscientific.com/ojs/index.php/iis/es/article/view/298>. Acesso em: 25 maio 2026.

SILVA, Maria Aparecida da. **O papel da escola no combate ao racismo**. *Revista Jamaxi*, Rio Branco, v. 7, n. 2, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/7555>. Acesso em: 25 maio 2026.

SOUZA, Carla Regina de. **A escola de todas as cores: o papel do gestor escolar no combate ao racismo**. *Revista Exitus*, Santarém, v. 10, 2020. Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/863>.

Acesso em: 25 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Capacitismo: uma cartilha sobre inclusão e combate ao preconceito**. São Cristóvão: UFS, 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/20708>. Acesso em: 25 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Capacitismo na escola: protocolo de atuação e combate**. São Cristóvão: UFS, 2024. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/22596>. Acesso em: 25 maio 2026.